

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE** 2 **CAMPUS (CONCAM) DE BRAGANÇA PAULISTA**

3 Aos treze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Laboratório de Informática 4 (Info 4)
4 do Câmpus Bragança Paulista do Instituto Federal de São Paulo, realizou-se a reunião
5 extraordinária do Conselho de Câmpus, sob presidência de João Roberto Moro, e com a
6 presença dos conselheiros Adilson de Souza Cândido, Ana Mara Nogueira Monezzi, José
7 Galhardo Leite de Moraes, Letícia Souza Netto Brandi, Luiz Fernando Tibaldi Kurahassi,
8 Mayara Fernanda Oliveira Lima, Samuel Cardoso Zampolli Fraga e Tiago Minoru
9 Taguchi. **Ausências justificadas:** João Junior Marques de Lima, Maria José Ferreira da
10 Silva André, Nathália de Oliveira Maia Silva, Sueli Sayuri Saito, Victor Hugo de Campos.

11 **ABERTURA:** às 14h45 horas, o presidente deu início à sessão extraordinária. **ORDEM**

12 **DO DIA: Reformulação da PLOA (Pauta única).** O presidente informa que presidirá
13 esta reunião, pois o diretor participava de uma reunião no mesmo horário, e pede
14 autorização ao conselho para convidar o Gerente Administrativo à fala, com o
15 consentimento de todos. O gerente explica que a PLOA que havia sido aprovada pelo
16 conselho estava de acordo com a PLOA anterior, com alguns ajustes. No entanto, fora
17 atualizado o número de alunos no SISTEC, que resultou na redução do número de alunos
18 do campus. Juntamente a isto houve um corte do orçamento pelo governo, para despesas
19 de capital. Dados estes fatores, foi necessário fazer a revisão urgente da proposta aprovada
20 anteriormente, pois o orçamento do campus foi alterado de R\$ 3,4 milhões (previsto em
21 um cenário bastante pessimista) para R\$ 2,378 milhões. O gerente relatou a alteração que
22 se mostrou necessária, cuja planilha fora encaminhada aos conselheiros, apresentando a
23 nova proposta, com previsão de mudança para o novo campus em julho ou dezembro.
24 Explica que, após o envio da tabela aos conselheiros, foi necessária ainda uma última
25 revisão acrescentando os itens sinalização e alimentos secos, sendo a nova planilha
26 disponibilizada na rede aos conselheiros presentes. O presidente esclarece que, como
27 campus já consolidado, não há mais apoio oferecido ao campus em início de atividades e
28 nossos recursos dependem diretamente dos números de alunos matriculados. A
29 conselheira Letícia faz uma colocação que, somente com a planilha, fica complicado
30 compreender o que fora alterado e porquê, faltando informações adicionais que
31 complementariam e explicariam os números. Solicita que para próximas reuniões este
32 tipo de documento seja encaminhado ao Concam com memorando explicativo sobre a
33 questão, que auxiliaria na gestão colaborativa, para que as pessoas tomem ciência dos

34 fatos não somente no momento da decisão e possam discutir com a comunidade. O
35 presidente esclarece que planilha e a convocação foram enviadas somente na sexta-feira
36 anterior, devido à necessidade e urgência dos fatos. O conselheiro Luiz Fernando solicita
37 que, mesmo que o documento em si não seja enviado juntamente com a convocação, que
38 possa ser enviada pelo menos uma informação antes, tanto sobre a realização da reunião,
39 como sobre o teor desta. A conselheira Letícia reforça a necessidade de formalização do
40 processo, para que se tenha um histórico do que aconteceu. O conselheiro Adilson
41 comenta que como a PLOA deveria ser aprovada neste ano, não haveria muitas outras
42 datas para reunião. O conselheiro Galhardo manifesta que havia feito observações sobre
43 a planilha enviada por e-mail e que na reunião está sendo apresentada outra planilha,
44 exemplifica com os gastos com a manutenção do elevador em contraposição às despesas
45 com alimentação estudantil. Os conselheiros discutem alguns itens da nova planilha,
46 esclarecendo seus itens e os valores apresentados. O gerente explica que a proposta foi
47 elaborada sobre três hipóteses, com mudança de campus em julho, em dezembro ou uma
48 terceira sugestão proposta pelo gerente. Com a mudança em julho, sem prejuízo de
49 alimentação estudantil, bolsas, manutenção predial e suprimentos de laboratórios, o
50 orçamento disponível seria ultrapassado em R\$ 684 mil. Para mudança em dezembro,
51 sem proposta de corte de bolsas e alimentação estudantil, haveria um saldo negativo de
52 R\$ 346 mil. A terceira proposta que o gerente coloca em discussão, dentro do orçamento
53 disponível. Com a manutenção das bolsas e alimentação estudantil, não seria possível a
54 mudança em julho ou dezembro. Para mudança em dezembro de 2017 ou janeiro de 2018,
55 há necessidade de contratação de alguns serviços, como mudança especializada para os
56 aparelhos de ar condicionado, mobiliário e máquinas pesadas, estimados em R\$ 314 mil.
57 O gerente explica os valores previstos para alguns dos serviços que já são contratados
58 pelo campus, como manutenção predial, limpeza, jardinagem, vigilância, telefonia,
59 energia, água e internet: foram estimados sobre o valor atual acrescidos dos ajustes da
60 inflação, com considerações sobre o período no campus atual e no novo campus, inclusive
61 sobreposições de períodos. O gerente explica estas necessidades, e alterações de valores
62 necessários de acordo com a previsão de mudança, podendo haver realocação de recursos,
63 casos não sejam gastos. Explica ainda alguns outros valores estimados, como bolsas e
64 auxílios, e os valores destinados à aquisição de alimentos secos. No caso de manutenção
65 de elevadores, explica que, com a entrega da obra, para se ter a garantia da máquina é
66 necessário se fazer a manutenção do equipamento a cada três meses, e por isso foi
67 destinado valor na planilha mesmo sem a ocupação do prédio. O conselheiro Galhardo

68 questiona a possibilidade de não se fazer a instalação do elevador, ao que o presidente e
69 o gerente informam que seria requisito de acessibilidade e constam do projeto contratado.
70 O valor com sinalização visual e direcionamento foi estimado sobre os valores gastos por
71 outros campus, não sendo suficiente para toda identificação, mas o mínimo necessário
72 para locomoção e identificação no campus, pois sua falta pode ser prejudicial em casos
73 como processos de avaliação de curso. O conselheiro Luiz Fernando comenta os valores
74 destinados à manutenção do elevador, considerando que será um elevador novo e sem
75 uso. O conselheiro Adilson comenta que deve ser contratada empresa para manutenção,
76 mesmo que não haja trocas e reparos, e a conselheira Letícia discute que deve ser diferente
77 de contrato de manutenção contínua, uma vez que o equipamento não estaria em uso. O
78 presidente esclarece que o contrato de manutenção se faz necessário, assim como o
79 contrato de manutenção de outros edifícios, mesmo que o elevador fique parado, pois há
80 questões de segurança. O presidente informa ainda que, embora pareça um grande valor,
81 este seria um valor estimado, consultado pessoas com experiência na área. A conselheira
82 Ana Mara coloca que também não adiantaria fazer alteração no valor sem conhecimento
83 da realidade do mercado. O conselheiro Luiz Fernando comenta que se, por exemplo, um
84 contrato de manutenção gira em torno de R\$ 2 mil por mês, ainda haveria muita
85 discrepância em relação ao valor estimado. O conselheiro Galhardo questiona este valor
86 que, após consultar na internet, seria R\$ 2 mil por mês e sugere que seja colocado R\$ 10
87 mil na planilha, sobrando R\$ 40 mil para outro item. O conselheiro Samuel pergunta em
88 que grupo de despesa se encaixaria esta despesa. O gerente esclarece que todos os valores
89 de capital foram cortados da previsão, então todos os valores indicados são de custeio.
90 Indica ainda que todos os valores são estimados, e reforça a possibilidade de realocação
91 dos valores entre os itens, pois como todos os valores são de custeio, o que fora estimado
92 para uma conta pode ser remanejado para outra. O conselheiro Galhardo questiona, no
93 caso de sobra algum valor, quem decidiria para onde seria realocado o dinheiro. O gerente
94 afirma que até então era o diretor mas, sendo o Concam um órgão novo no campus, sugere
95 que seja feito um regulamento de como devem ser encaminhadas estas informações para
96 o conselho. A conselheira Letícia reitera que todos estão aprendendo, e que a figura do
97 Concam estaria acima do diretor no sentido de deliberação, mas que não pode sobrepor
98 as competências das diretorias, áreas e coordenações, explícitas no regimento do campus.
99 Assim, os documentos deveriam ser encaminhados após as decisões de cada setor,
100 elaborados e debatidos com a comunidade. A competência de se discutir isso seria de
101 cada setor e só então viria para o conselho, para deliberação. A conselheira destaca que

102 não percebe este tipo de fluxo, pois, de outra forma, o a ação do conselho acabaria se
103 sobrepondo às competências e responsabilidades dos setores. O conselheiro Samuel
104 concorda que há necessidade de o que for submetido ao conselho seja trabalhado
105 preliminarmente mas que, como o conselho está começando, há aprendizagem com os
106 erros, não necessariamente com uma visão de indignação, mas como aprendizado de o
107 que e como pode ser feito. O conselheiro Samuel coloca ainda que, muitas condutas
108 devem ser revistas a partir da composição do Concam, como representantes de cada
109 segmento, não tirando as responsabilidades dos demais órgãos, mas sim de forma a definir
110 qual será a participação do Conselho de Campus nas demais áreas delimitadas pelo
111 regimento. Assim, se antes o remanejamento era aprovado pela direção, ou da GAD, faz-
112 se necessária a discussão de como será feito todo o processo com o Concam: o rito para
113 aprovação, submissão, encaminhamento dos remanejamentos. O presidente concorda
114 com todos, e destaca o aprendizado necessário, com mudanças bem acentuadas no
115 orçamento. Informa que qualquer pagamento está ligado ao CPF do diretor, de modo que
116 a responsabilidade recai sobre ele, mas que o como isso é feito é que vale discutir (por
117 exemplo, mantém-se o câmpus funcionando ou as bolsas aos estudantes), bem como os
118 remanejamentos. Como todos são representantes, faz-se necessário discutir com a
119 comunidade. No caso de sobra de recursos, todos serão informados para discussão, pois
120 não se restringe ao diretor a decisão de algo que interfere no cotidiano de todos. O gerente
121 esclarece que todas as alterações propostas na PLOA foram conversadas com as
122 diferentes áreas e coordenações, e assim também foi feito com a construção da PLOA.
123 Desta forma, de acordo com o regimento interno, as áreas estão exercendo sim suas
124 competências, e a PLOA apresentada fora aprovada pelos coordenadores, gerentes e
125 direção. Os coordenadores de Extensão e Pesquisa estão cientes, e de acordo, com a
126 possibilidade de cortes no orçamento para o pagamento de seus auxílios. O conselheiro
127 Adilson questiona a dinâmica do orçamento, que entende que seria liberado em março do
128 ano seguinte, com a possibilidade de corte ou suplementação, pergunta então sobre a
129 dinâmica e como se saberiam se sobrariam recursos ou não para que possam ser
130 remanejados, se somente ao fim do ano. O gerente esclarece que o orçamento não foi
131 aprovado ainda e que nossa planilha deve ser enviada para a reitoria até o dia 15. Enquanto
132 o orçamento não estiver aprovado, o governo libera 1/12 por mês, entendendo-se a estimativa
133 proposta. Para saber o que sobraria ou não, o gerente explica que alguns recursos de
134 serviços continuados, água e energia, que tem valores estimados, são trabalhados com a
135 margem de segurança de dois meses. Algumas despesas ficariam para o segundo

136 semestre, como mudança de ar-condicionado, manutenção de elevadores, serviços de
137 sinalização visual etc. O conselheiro Tiago indica que, neste caso, caso não se confirme
138 a mudança, estes valores poderiam ser realocados, o que foi confirmado pelo gerente. O
139 gerente reitera que, caso haja saldo de custeio, o campus não pode fazer o remanejamento
140 para capital, mas talvez a reitoria possa remanejar recursos entre câmpus. O gerente se
141 coloca tentando atender com segurança às demandas das áreas e, assim, o remanejamento
142 só surge se há uma demanda e caberia ao gestor administrativo gerir este orçamento, sem
143 interferir, entre as diferentes áreas, e ao diretor caberia trazer alguma questão ou
144 solicitação ao Concam. O gerente informa que a PLOA fora construída com a estimativa
145 de mudança, mas que há necessidade de negociação com a Reitoria, que havia indicado
146 que todo o orçamento deveria ser destinado para custeio, para aquisição de novos
147 mobiliários e equipamentos para o novo campus. O conselheiro Adilson questiona a
148 indicação de que tudo seria destinado para custeio, uma vez que não seria possível o
149 remanejamento para capital, e sugere remanejar o que seria gasto em jardinagem para
150 despesas de capital que, embora tenha risco de cortes, poderia viabilizar alguma compra
151 que se faça necessária. O conselheiro Galhardo questiona de onde vem o valor
152 apresentado como disponível, ao que o presidente indica que fora definido pelo MEC e
153 repassado pela Reitoria. O conselheiro pergunta se não é o caso de questionar a Reitoria
154 que, a partir de abril, há a necessidade de manutenção de dois câmpus. O conselheiro
155 Samuel questiona sobre a compra de alimentos secos, como se dá a compra etc. O gerente
156 informa que, até 2015, não se tinha os procedimentos para aquisição dos alimentos, mas
157 em 2015 fora montado um grupo de trabalho se discutir a compra de alimentos, com
158 nutricionistas que calculam a quantidade de calorias necessárias a serem consumidas por
159 dia e, a partir daí, são previstas as compras. O campus não tem condições de atender
160 totalmente o recomendado, mas o número estimado é calculado sobre a quantidade de
161 alunos previstos para 2017, podendo sofrer alterações. Surgem a partir daí algumas
162 questões sobre possibilidades de compras: o conselheiro Samuel coloca que, como aluno,
163 a alimentação é problema grave, pois tem o cumprimento da lei. Afirma que quantidade
164 é insuficiente, mas atrelado aos valores disponíveis para aquisição, e a qualidade é baixa,
165 chegando a gerar recusa dos próprios alunos. O suco, por exemplo, seria desnecessário,
166 gerando desperdício, e deveria ser priorizado o alimento sólido, mais útil ao aluno que
167 passa o dia inteiro no câmpus. O conselheiro reforça ainda a importância das bolsas, que
168 também ajudam na manutenção desse aluno e que muitas vezes são procuradas não
169 somente por interesse nos projetos, mas por necessidade financeira. O conselheiro

170 Adilson questiona se não seria possível ao invés de dar o alimento, dar o valor diretamente
171 aos estudantes. O conselheiro Galhardo coloca que, de acordo com a legislação, o aluno
172 tem direito a receber a alimentação no câmpus, com acompanhamento de nutricionista,
173 inclusive em casos de necessidades alimentares específicas, e que hoje já se descumpra a
174 lei, além de o que é oferecido ser de má qualidade. O gerente esclarece que o valor que é
175 previsto para compra de alimento seco entra como um item de manutenção do campus,
176 que só permite a compra do alimento para entrega ao aluno e por isso não pode ser pago
177 diretamente a ele. Esclarece ainda existem hoje bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão,
178 para que os alunos possam fazer a atividade à qual está vinculada a bolsa; também há
179 auxílios, como para participação em eventos; e o Programa de Auxílio Permanência, que
180 não está sendo tratado neste momento, por ser um recurso à parte, destinado a alunos que
181 comprovam vulnerabilidade social, para que possam continuar frequentando as aulas.
182 Sobre a qualidade do alimento, o gerente informa que o assunto deve ser tratado em outro
183 momento, pois há um setor na Reitoria que cuida dessa compra, para quem devem ser
184 encaminhadas estas questões. O presidente coloca que pode estar havendo uma certa
185 mistura das informações do orçamento, pois não se pode confundir bolsa e assistência
186 estudantil no entendimento dessas questões. O conselheiro Samuel esclarece que não está
187 colocando a questão de forma institucional, que entende que existem diferença entre as
188 bolsas e auxílios, mas que, se para o IFSP estas questões podem estar bem definidas, e há
189 destinação correta da bolsa recebida, a realidade é que muitos alunos fazem uso da bolsa
190 para ajudar a se manter no câmpus. O conselheiro Galhardo esclarece, concordando que
191 isso acontece com grande parte dos estudantes, e o presidente indica entender ser esta
192 uma realidade mas que é necessário manter separadas as discussões, neste momento.
193 Retomando a discussão sobre o orçamento, o presidente dá continuidade à apresentação
194 de propostas e alterações. O conselheiro Adilson reitera a sugestão de repassar os valores
195 previstos para jardinagem para capital, para que ali seja possível o remanejamento com
196 alguma autonomia, e o conselheiro Galhardo sugere deslocar para alimentação estudantil.
197 A conselheira Letícia questiona, sobre o valor previsto para mudança, quando seria
198 mudança de câmpus neste cenário e o gerente esclarece que seria entre dezembro 2017 e
199 janeiro de 2018. A conselheira Mayara sugere que se divida o valor discutido entre
200 alimentação e capital. Há discussões do Conselho em torno das necessidades para
201 alimento e capital, e das possibilidades de cortes e remanejamento. O gerente esclarece
202 que se todos os recursos forem como custeio, há possibilidade de negociação com a
203 Reitoria sem perda de nada para custeio. Informa também o risco de ter os valores como

204 capital, pois podem cortes, mas ainda sobraria algum recurso para compra. Com a
205 sugestão da Reitoria para concentração na manutenção do prédio, informalmente
206 acredita-se na possibilidade informal de outros recursos de capital. A conselheira Letícia
207 sugere que se priorize o funcionamento do câmpus, garantindo o básico e a possibilidade
208 de remanejamento, uma vez que recursos de capital podem ser cortados, além de que
209 emendas parlamentares só poderiam vir como capital. O conselheiro Tiago questiona
210 quanto fora gasto em capital no ano corrente e o gerente apresenta que fora liberado 50%
211 do previsto para capital, e que fora gasto entre 45 e 47%, informa que alguns dos
212 processos de compra (no-breaks e microondas) tiveram a análise atrasada por conta de
213 paralisação que ocupou a reitoria. O Conselho discutiu ainda os valores destinados a
214 recarga de extintores, que devem ser utilizados para os dois câmpus. O gasto previsto para
215 jardinagem também voltou a discutido, e o gerente menciona que, se há a possibilidade
216 de mudança em julho, há necessidade de se manter algum valor neste item. Como seriam
217 seis meses de 2017 no novo campus, o conselheiro Luiz Fernando indica que há
218 possibilidade de se diminuir este valor em função de outros. O presidente coloca que seria
219 esta uma possível solução, com o remanejamento de parte dos valores para serviços de
220 limpeza e manutenção, uma vez que se tratam de estimativas. O conselheiro Galhardo
221 indica que, observando as alterações propostas, houve maior prejuízo para o aluno e
222 sugere que se remanejem os recursos para a alimentação estudantil. O presidente retoma
223 as propostas de remanejamento dos recursos previstos para jardinagem, que ficaram assim
224 definidas: destinadss integralmente para capital (proposto pelo conselheiro Adilson);
225 destinados parcialmente jardinagem e remanejamento parcial, para alterar o valor
226 proposto para jardinagem (proposto pelo conselheiro Luiz Fernando); destinados
227 integralmente alimentação estudantil (proposto pelo conselheiro Galhardo); destinado
228 parcialmente para capitalpoe o , jardinagem e alimentação estudantil (proposto pela
229 conselheira Mayara). Questionado sobre a possibilidade de se zerar os recursos para
230 jardinagem, o gerente apresenta se que houver suplementação de recursos pela Reitoria
231 para mudança em julho, estes não poderiam ser utilizados, por exemplo, para jardinagem.
232 Discute-se a possível necessidade de alocação de recursos de 2017 para aquisição de no-
233 breaks e fornos microondas, caso a licitação em andamento não se conclua em 2016 ou
234 não haja orçamento para cumprimento. Coloca-se então em votação a proposta de se
235 realocar os recursos destinados inicialmente à jardinagem da seguinte forma: 10 mil reais
236 para jardinagem, 50 mil para capital e 53 mil para alimentação estudantil, manifestando-
237 se o conselho a favor de tal alteração de forma unânime. O presidente questiona se há

238 alguma outra alteração a ser sugerida na PLOA proposta. O conselheiro Adilson
239 questiona como é feito o contrato de telefonia, se tem relação com o uso ou independe do
240 consumo, e também como é feito o controle de utilização. O gerente esclarece que é a
241 área técnica faz estimativa de acordo com o consumo atual, em número de minutos, o que
242 não é gasto não é pago. Informa ainda que controle individual de consumo é feito por
243 meio da atribuição de senha a cada servidor. O conselheiro Adilson propõe restringir mais
244 o acesso ao telefone, para diminuição de custos e possível repasse para outros itens. O
245 presidente que talvez seja possível, mas que o contrato do câmpus é bastante enxuto.
246 Destaca ainda que no IFSP, o Câmpus Bragança Paulista é um dos câmpus com melhores
247 valores de contrato para serviços como este. O gerente administrativo apresenta que o
248 câmpus tem o menor custo de contrato de limpeza e baixo contrato de telefonia, é também
249 um dos campus que mais paga bolsas e auxílios de vulnerabilidade social, o que é mérito
250 da comunidade do campus. Com as alterações votadas aplicadas na planilha da PLOA, o
251 presidente coloca em votação a aprovação da planilha, sendo aprovada por unanimidade
252 para envio a reitoria. Finaliza assim a reunião, reiterando a possível mudança de câmpus
253 no final do ano, mas que há busca de recursos suplementares para a mudança ainda em
254 julho, sem nada certo. O conselheiro Adilson sugere que se faça a divulgação de como
255 foi utilizado o orçamento do câmpus ao longo deste ano, para que toda a comunidade
256 esteja bem informada sobre o tema. O conselheiro Galhardo propõe que se publique a
257 proposta orçamentária aprovada para conhecimento de toda a comunidade. O presidente
258 informa que a divulgação das duas informações também estão incluídas nas atividades da
259 semana do planejamento. A conselheira Letícia coloca a necessidade de se divulgar à
260 comunidade as decisões do Conselho com um relato histórico que documente a questão,
261 que muitas das apresentações que são feitas nas reuniões seriam desnecessárias se
262 viessem devidamente documentadas com um histórico. Reitera-se que na primeira
263 reunião do próximo ano será feita a definição do calendário para o próximo semestre,
264 como decidido na última reunião. Alertado pelo gerente administrativo, o presidente falou
265 sobre a questão do Trabalho em Local de Livre Escolha (TLLE), que demanda discussões
266 sobre como mensurar a quantidade e a qualidade do trabalho executado a distância,
267 apresentadas pelo servidor e aprovadas pela chefia imediata. A dúvida seria se esta
268 questão deve passar ou não pelo Conselho e a conselheira Ana Mara informou que, pelo
269 que foi consultado junto a outros câmpus, caberia unicamente ao diretor esta autorização,
270 assim como os horários de atendimento especial no período de recesso escolar. O
271 conselheiro Galhardo sugere discutir o tema em uma outra reunião, se for necessário

272 passar pelo Conselho. A conselheira Ana Mara informa que o TLLE poderia ser solicitado
273 por alguns servidores já em janeiro e que, assim, não haveria tempo de se discutir na
274 próxima reunião. O conselheiro Luiz Fernando indica que ninguém melhor que a própria
275 chefia imediata para avaliar e mensurar os trabalhos executados à distância. A conselheira
276 Mayara informa que o câmpus vem seguindo os mesmos procedimentos dos outros
277 câmpus e o presidente coloca então que talvez nem caiba uma discussão posterior pelo
278 Conselho, a não ser que se torne necessário por uma orientação institucional. Não tendo
279 mais assuntos a tratar e após as formalidades de encerramento, o Diretor Geral do câmpus,
280 Prof. João Roberto Moro, deu por encerrada a reunião às 17 horas e 28 minutos e eu,
281 Karin Rumiko Kagi, lavrei a presente ata a qual dato e assino com os demais presentes,
282 conforme ata de assinaturas anexa a esta ata descritiva do assunto tratado ao longo desta
283 reunião. Bragança Paulista, 13 de dezembro de 2016.

284	Karin Rumiko Kagi	_____
285	João Roberto Moro	_____
286	Adilson de Souza Cândido	_____
287	Ana Mara Nogueira Monezzi	_____
288	José Galhardo Leite de Moraes	_____
289	Letícia Souza Netto Brandi	_____
290	Luiz Fernando Tibaldi Kurahassi	_____
291	Mayara Fernanda Oliveira Lima	_____
292	Samuel Cardoso Zampolli Fraga	_____
293	Tiago Minoru Taguchi	_____